

REGULAMENTO

- DIRECÇÃO NACIONAL
- COMISSÃO EXECUTIVA
- COMISSÃO PERMANENTE

(Âmbito, Competências, Composição e Funcionamento)

1. DIRECÇÃO NACIONAL

1.1. Âmbito e competência

O âmbito da Direcção Nacional estende-se a toda a actividade da Inter-Reformados, competindo-lhe, conforme estipulam os Estatutos da CGTP-IN (artigo 54º, ponto 1 e alínea b) do ponto 2), dirigir e coordenar a actividade central e descentralizada.

Compete à Direcção Nacional

- a) eleger a Comissão Executiva e, se assim o entender, nomear uma Comissão Permanente e um Coordenador. Analisar, discutir e deliberar sobre as formas de organização interna, distribuição dos dirigentes pelas várias frentes de trabalho e designar os responsáveis por estas;
- b) analisar, discutir e deliberar sobre as linhas gerais da actividade da Inter-Reformados, de acordo com as orientações da CGTP-IN e das deliberações aprovadas na 7ª. Conferência da I.R.;
- c) analisar, discutir e aprovar os “Planos de Trabalho” em que, periodicamente, se sintetizam as tarefas globais e específicas de toda a estrutura da I.R.;
- d) analisar e aprovar anualmente o Orçamento, o Plano Geral de Actividades e o Relatório e Contas a submeter aos órgãos da Direcção da CGTP-IN;
- e) controlar a actividade da Comissão Executiva (Comissão Permanente e do Coordenador caso existam) no que respeita à execução das tarefas e deliberações por si tomadas;
- f) exercer as demais funções que lhe são atribuídas pelo Regulamento da Inter-Reformados.

1.2.Funcionamento

- a) A Direcção Nacional reunirá trimestralmente em sessão ordinária, em dia e hora previamente fixados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, convocada pela Comissão Executiva ou a requerimento de 1/3 dos seus membros;
- b) As reuniões são preparadas pela Comissão Executiva, através da Comissão Permanente, e conduzidas por um dos seus elementos, podendo sê-lo de forma rotativa;
- c) A Direcção Nacional será informada pela Comissão Executiva, pela Comissão Permanente ou pelo Coordenador, das deliberações eventualmente tomadas ao nível das respectivas competências, nos intervalos entre reuniões;
- d) A Direcção Nacional só poderá deliberar validamente desde que esteja presente a maioria dos seus membros;

1.3.Perda de mandato

Perderão o mandato nos órgãos de direcção da IR os titulares que falem injustificadamente a três reuniões seguidas ou a cinco reuniões alternadas do respectivo órgão, mediante prévia notificação.

2. COMISSÃO EXECUTIVA

2.1.Âmbito e competência

O âmbito da Comissão Executiva estende-se a toda a actividade da I.R., dirigindo todo o trabalho no intervalo das reuniões da Direcção Nacional.

Compete à Comissão Executiva:

(por delegação da Direcção Nacional)

- a) analisar, discutir e definir as formas de levar à prática e executar as tarefas resultantes das directrizes saídas da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional e da Direcção Nacional, bem como as emergentes dos “Planos de Trabalho” que sejam aprovados, e proceder à distribuição dessas mesmas tarefas, sempre que seja caso disso;
- b) solicitar e promover reuniões regulares sobre as questões nucleares da acção da IR com a Comissão Executiva da CGTP-IN, Uniões, Federações e Sindicatos, em particular quanto à implementação da IR a todos os níveis;
- c) analisar, discutir e deliberar sobre a gestão financeira e dos fundos da IR nas questões de ordem geral sempre de acordo com os órgãos de direcção da CGTP-IN e da Direcção Nacional;
- d) elaborar até 30 de Novembro de cada ano, o Plano Geral de Actividades e o correspondente Orçamento, para submeter à Direcção Nacional da IR e ao Secretariado do Conselho Nacional da CGTP-IN;

- e) elaborar até Fevereiro de cada ano o Relatório e Contas, para submeter à Direcção Nacional e ao Secretariado do Conselho Nacional da CGTP-IN;
- f) representar a IR em actos oficiais e em contactos com os órgãos de soberania, procurando, sempre que possível, consultar a Direcção Nacional sobre a composição de delegações da IR a deslocarem-se ao estrangeiro;
- g) assegurar a representação da IR em todas as associações ou organizações em que esta participe.

2.2.Composição e funcionamento

- a) A Comissão Executiva é composta pelo Coordenador, caso exista, pelos responsáveis das Frentes de Trabalho e outros dirigentes da Direcção Nacional que se entenda por conveniente, sendo constituída por 15 elementos;
- b) a Comissão Executiva reunirá ordinariamente em intervalos não superiores a 45 dias, em dia e hora fixados previamente e extraordinariamente sempre que necessário, convocada pela Comissão Permanente ou através do Coordenador, por necessidade ou a pedido de qualquer membro, devidamente fundamentado;
- c) a Comissão Executiva levará ao conhecimento da Direcção Nacional a forma como são executadas as tarefas e orientações deliberadas, bem como todos os factos relevantes referentes à gestão financeira, submetendo a deliberação os que sejam caso disso.

3. COMISSÃO PERMANENTE

3.1.Âmbito e competência

Não sendo um órgão previsto no Regulamento da IR, a criação da Comissão Permanente resulta da necessidade da Comissão Executiva reforçar a sua acção na gestão corrente e diária da actividade da IR, para o cumprimento das tarefas que lhe estão confiadas.

Compete à Comissão Permanente

(por delegação da Comissão Executiva)

- a) preparar as reuniões da Comissão Executiva e, por incumbência desta, convocar e preparar as reuniões da Direcção Nacional;
- b) analisar previamente quaisquer acções e iniciativas que envolvam encargos financeiros para a IR, levando depois à Comissão Executiva para aprovação;
- c) propor a intervenção dos membros da Direcção Nacional nos actos públicos, sempre que por razões de tempo não seja levado ao conhecimento da Comissão Executiva;

- d) elaborar os documentos ou comunicados que vinculem a IR publicamente, na impossibilidade de o serem pela Direcção Nacional ou pela Comissão Executiva;
- e) por em prática as decisões da Direcção Nacional e da Comissão Executiva;
- f) analisar e pronunciar-se sobre a actividade da IR, entre reuniões da Comissão Executiva, fazendo regularmente a análise e a coordenação da actividade das Frentes de Trabalho.

3.2.Composição e funcionamento

- a) A Comissão Permanente é constituída por 5 a 7 elementos, incluindo o Coordenador, caso exista, bem como os responsáveis das frentes de Trabalho com maior incidência na actividade da IR;
- b) a Comissão Permanente reunirá ordinariamente de 8 em 8 dias, em dia e hora a fixar, e, extraordinariamente, sempre que necessário;
- c) a Comissão Permanente prestará à Comissão Executiva todas as informações sobre factos relevantes que, eventualmente, surjam no intervalo entre reuniões.

4. COORDENADOR

A actuação do Coordenador estende-se a toda a actividade da IR, cabendo-lhe a coordenação da actividade nos intervalos das reuniões da Direcção Nacional da Comissão Executiva e da Comissão Permanente.

Compete ao Coordenador:

- a) Preparar e conduzir as reuniões da Comissão Permanente.
- b) Reunir com os responsáveis das Frentes de Trabalho, sempre que o julgue conveniente, ou por indicação dos órgãos da IR.
- c) Acompanhar, orientar e controlar a execução de todas as tarefas da IR, tendo em vista levar à prática as deliberações da Direcção Nacional e da Comissão Executiva.
- d) Analisar as directrizes e propostas provenientes da CGTP-IN, submetendo ou informando quando sejam caso disso, a Comissão Permanente, a Comissão Executiva e a Direcção Nacional.
- e) Assegurar a articulação entre a Direcção Nacional e a CGTP-IN, assim como entre as suas estruturas intermédias.

4.1.Funcionamento

- a) a actividade do Coordenador será controlada pela Comissão Executiva e pela Direcção Nacional;

- b) compete ao Coordenador informar a Direcção Nacional e a Comissão Executiva de quaisquer actos que eventualmente tenham sido tomados, e em que não tenham participado os membros desses órgãos.